



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2017 (Do Senhor CARLOS MANATO)**

Dispõe sobre a restrição de acesso a exposições públicas de obras e manifestações culturais que possuam conteúdo pornográfico ou de sexo explícito.

#### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º A presente lei dispõe sobre a restrição de acesso a exposições públicas de obras e manifestações culturais que possuam conteúdo pornográfico ou de sexo explícito.

Art. 2º É livre toda forma de manifestação cultural, observados os termos da lei, em especial o disposto no artigo 241-C da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º A exposição pública de obras e bens culturais que possuam conteúdo pornográfico ou de sexo explícito deverá observar a faixa etária indicativa.

§ 1º Montagens, performances, obras, que possuam conteúdo pornográfico ou de sexo explícito devem ser expostos em espaços reservados de forma a impedir o acesso de crianças e adolescentes.

§ 2º A inobservância do disposto neste artigo sujeita os responsáveis a pena prevista no art. 232 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhor Deputado e cidadãos. A Constituição Federal de 1988 é garantidora da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (CF, art. 5º, IX), garantindo também, nos termos da lei, incentivos para a produção e o

conhecimento de bens e valores culturais e a punição de danos e ameaças ao patrimônio cultural (CF, art. 216, §§ 3º e 4º).

Uma sociedade sem cultura é uma sociedade sem memória, sem identidade. Isso porque a cultura é uma janela aberta para o passado, para o presente e para o futuro de uma sociedade. Evidentemente, a sociedade brasileira não pode pretender fechar essa janela.

Recentes exposições culturais têm colocado em contraposição os cidadãos e cidadãs brasileiros. De um lado, os que dizem defender a livre manifestação cultural, e de outro, os que dizem defender a moral, os bons costumes e a família. Em seus extremos, todos valores maiores guardados sob a égide da Carta Magna de 1988.

É evidente que estamos diante de um “conflito decorrente do exercício de direitos individuais por diferentes titulares”, segundo nos ensinam Gilmar Mendes e Paulo Gonet Branco<sup>1</sup>, ou seja, estamos diante de uma colisão de direitos fundamentais.

A verdade é que, por ora, esse conflito se dá principalmente nas redes sociais, com posições estremadas de ambos os lados. Há, entretanto, notícias de enfrentamos pessoais e ameaça de destruição de patrimônio cultural. Também é verdade que esse embate tem se refletido no Parlamento (Câmara e Senado), nas Câmaras e Assembleias Legislativas. Eu mesmo, no calor dos acontecimentos já me posicionei de forma estremada na defesa das famílias e de nossas crianças.

Entendo que o debate deve ser ampliado, contudo no foro adequado, aqui no Parlamento e especialmente aqui na Câmara dos Deputados, a Casa do Povo. Um debate qualificado e equilibrado que possa ser traduzido numa norma moduladora desses importantíssimos direitos fundamentais.

É por isso que apresento essa proposta de lei, para trazer de forma adequada esse debate para a Câmara dos Deputados. Para que possamos promover audiências públicas ou comissões gerais e debater com todos os seguimentos da sociedade. Nesse sentido, o texto proposto é uma semente que deve ser plantada e cuidada para que, germinando, dê bons frutos.

**DEPUTADO CARLOS MANATO**

**SD/ES**

---

<sup>1</sup> MENDES, Gilmar F., BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 8ª Ed., 2013.

